



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. PMC/337/2023

PMC/7053/2023

PRC/300/2023

Que entre si celebram, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE CONGONHAS, com sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014 passa a integrar o presente contrato o Secretário Municipal de Cultura, Jean Ângelo de Oliveira, e como CONTRATADO, **HABITUS CONSULTORIA E PESQUISA LTDA**, com sede à Rua Rio Doce, nº 422, Bairro São Lucas, Belo Horizonte– MG, inscrita no CNPJ sob o nº 03.275.561/0001-91, neste ato representado por César Maurício Alberto, portador da C.I. sob o nº MG. 4.192.465 SSP/MG e do CPF nº. 418.370.456-15, tendo entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente a contratação da empresa **HABITUS CONSULTORIA E PESQUISA LTDA**, CNPJ Nº 03.275.561/0001-91 para prestação de serviços de capacitação da classe artística e grupos culturais, através de curso de elaboração de projetos culturais, acerca da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, com a ministrante Clarice de Assis Libânio, nos dias 09 e 10 de outubro de 2023, na Romaria, a fim de atender a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo, Congonhas-MG.

1.2. Este contrato é decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº PMC/103/2023, com base no artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, Processo Administrativo nº PMC/7053/2023 e PRC/300/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES:

2.1. O serviço será prestado, através de curso de capacitação da classe artística e grupos culturais do município de Congonhas, com foco especial ao edital da Lei Paulo Gustavo – LPG, com a ministrante “Clarice de Assis Libânio”.

2.2. Será formada uma turma de até 40 (quarenta) pessoas com atuação cultural comprovada em Congonhas-MG.

2.3. O curso será realizado em formato dialógico, presencial, conduzido por profissional qualificada, que repassará ferramentas e metodologias para elaboração de projetos culturais em geral, com foco especial aos editais da Lei Paulo Gustavo – LPG.

2.4. Serão emitidos certificados de participação para os agentes culturais que estiverem presentes nos dois dias de curso. Os certificados serão entregues em formato PDF, a partir da lista de presença fornecida pela Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CARGA HORÁRIA:

3.1. O curso terá carga horária de 8 horas/aula, distribuídas em dois dias de formação, sendo a abordagem da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

Data	Conteúdos a serem trabalhados
Dia 09 de Outubro, de 18 às 22 horas	Introdução à elaboração e gestão de projetos: ferramentas e metodologias para elaboração de projetos culturais. Diagnóstico e objetivos estratégicos. Principais tópicos e conteúdos de um Projeto Matriz. Organização documental e portfolio do proponente.
Dia 10 de Outubro, de 18 às 22 horas	Elaboração de projetos com foco nos editais da Lei Paulo Gustavo, com especial olhar sobre a realidade de Congonhas – MG. Esclarecimento de dúvidas gerais.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.1. O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contada a partir da data de sua assinatura, devendo a sua execução se dar nos dias 09 e 10 de outubro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA- DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o importe no valor total de **R\$4.200,00(quatro mil e duzentos reais)** para realização do curso.

5.2.O pagamento será efetuado no dia 11 de outubro de 2023, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Fiscalização do Município, acompanhada da prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” à “d” do parágrafo único do art.11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), através de depósito bancário:

HABITUS CONSULTORIA E PESQUISA LTDA

Banco: Itaú

Agência: 5197

Conta Corrente: 04808-4

5.3. Atendendo ao que dispõe a Lei Municipal nº 2.448 de 12/12/2003, será retido por ocasião do faturamento dos serviços prestados o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

5.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

6.2. Efetuar o pagamento à Contratada o valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos;

6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.4. A contratante disponibilizará espaço físico, estrutura, equipamentos de som, data show e internet para a realização do curso.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. a prestação de serviço deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

7.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) que antecede a data da prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.3. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a realização do curso;

7.1.4. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.1.5. arcar com todas as despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação e todas as despesas tributárias, fiscais, trabalhistas e outras que venham incidir na prestação de serviços;

7.1.6. executar os serviços na data e horário estabelecidos no contrato de prestação de serviço;

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

8.1.1. apresentar documentação falsa;

8.1.2. deixar de entregar os documentos exigidos no contrato;

8.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.4. não mantiver a proposta;

8.1.5. cometer fraude fiscal;

8.1.6. deixar de prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;

8.1.7. deixar de emitir faturas ou notas fiscais dos serviços no valor e nos prazos pactuados;

8.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

8.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, o conluio entre os licitantes, descumprimento das obrigações previstas no edital ou no contrato.

8.3. O contratado que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao Contratante;

8.3.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por atraso superior à 01 (uma) hora até o máximo de 02 (duas) horas, antes da realização do evento, calculado sobre os serviços constantes da Ordem de Serviços, caracterizando após este prazo, a inexecução total do contrato;

8.3.2.1. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

8.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

administração pública, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1. A despesa decorrente da contratação do objeto correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo

Unidade: 02 – Cultura e Turismo

Funcional: 13.392.0023.2.218 – Apoio Artístico Cultural

339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA- DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1. A gestão do Contrato será realizada pelo Sr. Jean Ângelo de Oliveira, Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo, matrícula nº 20144346 e a fiscalização ficará a cargo do Sr. Renan Souza Mercês, matrícula nº 20139928.

10.2. Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666, de 1993 e Instrução Normativa CGE nº 002 de 13 de abril de 2022, emitida pela Controladoria Geral do Município de Congonhas-MG., foi designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração deverá atuar em conformidade com os arts. 6º e 8º, juntamente com o anexo I (no que couber) da Instrução Normativa CGE nº 002/2022, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. A Administração poderá rejeitar serviços, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência, devendo ser substituídos mediante notificação a contratada, sob pena de incorrer em processo de declaração de idoneidade, além de perdas e danos e demais sanções atinentes e especificadas na Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÃO ANTICORRUPÇÃO

11.1. "Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826/2019, para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Referência, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, gestores, fiscais, Servidores Públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Para efeitos fiscais e penais, dá-se ao presente contrato o valor de **R\$ 4.200,00(quatro mil e duzentos reais)**.

12.2. O presente contrato é decorrente do PRC/300/2023, Inexigibilidade PMC/103/2023 e Processo Administrativo nº. PMC/7053/2023, ao qual se vincula o termo de referência.

12.3. O contrato será executado de acordo com a Lei 8.666/93 e subsidiariamente ao tratamento do Código Civil em vigência.

12.4. Fica eleito o foro da Comarca de Congonhas-MG, para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

E, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, 06 de outubro de 2023

JEAN ANGELO DE
OLIVEIRA:0293631
7606

Assinado de forma digital por
JEAN ANGELO DE
OLIVEIRA:02936317606
Dados: 2023.10.09 12:09:47
-03'00'

Jean Ângelo de Oliveira
Secretário Municipal de Cultura

Documento assinado digitalmente
gov.br CESAR MAURICIO ALBERTO
Data: 06/10/2023 18:22:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

César Maurício Alberto
CPF nº. 418.370.456-15

TESTEMUNHAS: 1.

Cont.337/2023

2.